

---

**A EDUCAÇÃO E A DEFESA NACIONAL**  
**SUBSÍDIOS PARA UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA**

---

*Roberto Carneiro*

STATE OF ALABAMA  
COUNTY OF [ ]

---

## A EDUCAÇÃO E A DEFESA NACIONAL (1)

### SUBSÍDIOS PARA UMA REFLEXÃO ESTRATÉGICA

---

1. O contexto de crise permanente em que, salvo escassos períodos excepcionais de curta duração, se vive em Portugal há pelo menos 20 anos tem reflexos inequívocos no sistema educativo. Com efeito a Educação é, por via de regra, um espelho fiel do tecido sociocultural e económico envolvente com o qual interactua continuamente, e os conflitos que no seu seio deflagram — lembremos os confrontos dos anos 60 e 70 — denunciam habitualmente crises sociais ou de civilização de raízes estruturais profundas. Mas se a Educação espelha a crise de modo fidedigno é igualmente verdade que ela constitui um factor essencial à sua superação. Ou não fossem os ingredientes da transformação sociocultural fundamentalmente humanos e o processo capital de valorização do factor humano de origem essencialmente formativa.

No fundo só se verifica crise quando a mudança não é antecipada e a sociedade está impreparada para enfrentar as novas situações que, a um ritmo galopante, ocorrem. E é também verdade, como o prova a teoria do desenvolvimento, que a situação de desequilíbrio crítico é a mais propícia ao progresso e à transformação positiva desde que os homens e as instituições saibam aproveitar estas oportunidades que se lhes deparam. Não espanta, então, que ao diagnóstico selectivo da situação educativa portuguesa se articule intimamente a identificação dos factores-chave de evolução que configuram visivelmente vulnerabilidades e potencialidades no quadro nacional de reflexão prospectiva e particularmente no que toca ao conceito estratégico de Defesa Nacional.

2. No contexto evocado a imagem social do sistema educativo português é tendencialmente negativa. A principal evidência reside na constatação de

---

(1) Conferência Proferida ao Curso de Defesa Nacional/85, em 18 de Março de 1985.

uma unânime insatisfação dos diversos grupos sociais: pais e famílias queixam-se da baixa qualidade do ensino; empresários lamentam a deficiente formação dos diplomados aos diversos níveis; professores salientam a degradação das condições de trabalho e a desmobilização dos alunos; jovens descrêem do valor da instituição escolar; responsáveis governamentais apontam a crescente desproporção entre necessidade e meios; directores-gerais confessam-se impotentes para gerir um gigantesco aparelho administrativo, centralizado e burocratizado; o ensino particular denuncia a paulatina asfixia da iniciativa social legítima no quadro de uma sociedade cada vez mais funcionalizada.

Perante este panorama a Nação propende a perder a confiança num esteio essencial à sua própria continuidade: a instituição educativa e o valor da transmissão cultural entre gerações. O mais grave, porém, é que o estado de incerteza dominante autocataliza a degenerescência do sistema; à Educação não é fornecido o perfil desejável do cidadão português, elemento nuclear à definição estratégica da função educativa; nestas condições, a rápida sucessão de ministros — 16 titulares da pasta no período dos últimos 20 anos — faz prevalecer o hábito da gestão táctica do sistema em detrimento da visão estrutural de médio e longo prazos. Pode afirmar-se sem exagerado negativismo que não há política educativa durável, mantém-se por aprovar uma lei de bases orientadora do sistema (2) e a acção educativa carece de uma determinação estratégica de prioridades de actuação que maximize o impacto dos recursos que lhe estão afectos.

Em suma, sem projecto nacional estável e colectivamente assumido dificilmente se poderá esperar projecto educativo que sirva os propósitos do interesse nacional.

3. Num enquadramento que se caracteriza, sem sombra de dúvida, por um pendor desfavorável importa analisar em que medida o sistema educativo português cumpre actualmente as missões tradicionalmente atribuídas às instituições formativas de um país. Para o efeito consideraremos cinco constelações de missões fundamentais que agrupam núcleos de serviços educativos afins.

---

(2) A Lei n.º 5/73, de 25 de Julho, formalmente em vigor, encontra-se revogada na prática pela inúmera legislação contraditória posterior a 1974.

*MISSÃO 1: Proporcionar um ensino básico de natureza universal a todos os cidadãos*

A escolaridade obrigatória de 6 anos decretada em 1965 encontra-se por cumprir, já que persistem cerca de 20 por cento de abandonos na transição do ensino primário para o preparatório. Mesmo assim, esse período legal é curto na perspectiva europeia onde a generalidade dos países da CEE mantém as crianças na escola durante um mínimo de 8 a 9 anos. Embora reduzida em extensão, a formação recebida durante a escolaridade básica é de razoável qualidade e nível de exigência pelos padrões internacionais. A elevada taxa de insucesso escolar (30 a 40 por cento) é contudo anómala e traduz-se num considerável desperdício humano e financeiro. A idade do parque escolar, a indefinição e posterior transferência de competências em matéria de instalações e equipamentos para as autarquias locais e a dicotomia sobrelotação em zonas urbanas/rarefação em zonas rurais vêm causando sérias dificuldades no plano das condições físicas de funcionamento do sistema. Todos os professores primários são profissionalizados. Quanto à alfabetização e educação de adultos, mau grado o esforço feito desde 1980, as estatísticas mantêm-se desfavoráveis: 18 por cento de analfabetos em 1983 e 72 por cento da população activa que não possui mais que a escolaridade obrigatória (11 por cento não sabendo ler nem escrever).

*MISSÃO 2: Preparar as novas gerações para o mundo do trabalho*

Numa situação muito adversa de emprego (10,5 por cento de desemprego de que 65 por cento tem menos de 25 anos) o complexo formativo caracteriza-se pela atrofia ou desajustamento. Dos 100 000 jovens que abandonam anualmente a escola até ao 10.º ano de escolaridade o ensino técnico-profissional capta menos de 5 por cento. Pelo contrário, o ensino superior forma um excesso de diplomados universitários — tendo em conta a dimensão restrita do mercado português — e deixa de fora cerca de metade dos candidatos que anualmente procuram nele ingressar, sem oferecer alternativa real. A expansão, em curso, do ensino técnico-profissional no Ministério da Educação, dos centros de formação profissional e do regime de aprendizagem no Ministério do Trabalho e do ensino superior politécnico são importantes mecanismos correctores das distorções assinaladas.

*MISSÃO 3: Contribuir para o processo de inovação socioeconómico e de renovação das lideranças socioculturais*

Verifica-se uma reduzida criatividade social dos produtos educativos (diplomados, investigação universitária, extensão cultural, prestação de serviços à comunidade). Com o seu recorte napoleónico e rígido, as instituições educativas portuguesas têm dificuldade em abrir-se para o meio e cultivar no seu seio a postura inovatória. O efeito conjugado de três factores — a crise orçamental, a criação de novas Universidades e de instituições regionais, o regresso de várias gerações de professores/investigadores formados no estrangeiro com diferente mentalidade — permitiu, todavia, nos últimos 10 anos, progressos assinaláveis. Poderá até dizer-se que o tecido empresarial e económico na sua atitude tradicionalista e dimensão precária é o principal agente inibidor de uma mais profícua permeabilidade com as instituições de ensino e investigação superior. Dito de outro modo, o desenvolvimento da I&D universitária depende, em Portugal, do fomento concomitante da I&D no sector industrial.

A formação de lideranças — processo essencial à renovação e sobrevivência da Nação — exige o desenvolvimento de bolsas de qualidade e de centros de excelência no ensino para onde sejam seleccionados os melhores e mais dotados. Para o fazer, a sociedade portuguesa deve superar o complexo pseudonivelador resultante de uma falsa concepção igualitarista, proporcionando em função exclusivamente do mérito a possibilidade de máximo aproveitamento dos talentos individuais.

*MISSÃO 4: Facultar condições de acolhimento e de integração socioafectiva às crianças oriundas de meios familiares carenciados*

Esta é a faceta compensatória do sistema educativo onde se inclui a acção social escolar, a educação pré-escolar e o ensino especial. Os jardins de infância não cobrem hoje mais do que 1/5 do grupo etário correspondente (3 a 6 anos), fazendo-se sentir enormes carências em áreas urbanas. Por seu turno, computando-se em 10 por cento a proporção de crianças necessitadas de cuidados especiais (pelo menos 100 000 até ao termo do ensino primário), os ensinos especial e de recuperação beneficiam uma percentagem íntima (+ por cento). Estas constatações são graves se se considerar que são as

despistagens e compensações precoces que permitem recuperar para a normalidade as crianças socialmente desfavorecidas ou portadoras de deficiências psicossomáticas.

*MISSÃO 5: Fomentar a reconversão profissional, a mobilidade social e a educação recorrente das camadas adultas da população*

A educação configura-se cada vez menos como actividade restrita aos primeiros 25 anos de vida. Pelo contrário, a educação permanente é hoje um requisito inquestionável, quer da explosão de conhecimentos quer da acrescida mobilidade socioprofissional. A OCDE prevê, inclusivamente, uma média de 4 a 5 empregos diferentes por vida activa, e uma gestão muito diferente dos lazeres. Nestas condições, a estrutura formativa portuguesa precisa de urgente reorientação para flexibilizar o acesso de camadas adultas da população a acções formais e não formais de valorização pessoal, o que se verifica hoje numa escala insignificante, em situação de reduzida maleabilidade (ensino nocturno, formação profissional convencional). A reconversão iminente de largos contingentes de população activa ainda fixados ao sector primário (20 por cento) precipitar-se-á certamente com a perspectiva da adesão à CEE.

4. Nesta moldura de missões essenciais a cumprir, torna-se oportuno analisar o funcionamento interno da enorme máquina educativa. Mobilizando quase 2 milhões de alunos, entre 1/3 e 1/2 do funcionalismo público, cerca de 11 000 estabelecimentos de ensino e um orçamento anual que acaba de ultrapassar a barreira dos 100 milhões de contos, o Ministério da Educação é uma máquina gigantesca que vive vergada sob o peso da rotina administrativa. Esta encontra-se totalmente subordinada à abertura regular dos anos lectivos e ao respectivo funcionamento sem sobressaltos, tarefa que absorve a quase totalidade das energias do Ministério e das suas 25 direcções-gerais ou organismos equiparados. A capacidade de inovação do sistema é assim pequena e subalternizada perante a preocupação de evitar perturbações no equilíbrio precário do *status quo*. É notoriamente deficiente a coordenação entre a gestão de espaços educativos (Educação) e a construção e equipamento de novas escolas (Obras Públicas). O grau de descentralização é ainda incipiente, sendo bastante estrangulado o diálogo entre

estruturas periféricas, designadamente os estabelecimentos de ensino, e os órgãos de gestão centrais.

No plano dos meios, o sistema educativo vive sob a tensão de um défice muito pronunciado:

- (a) A despesa pública em Educação decresce regularmente, seja em percentagem do orçamento total do Estado (14,4 por cento em 1979 para 10,49 por cento em 1985) seja em percentagem do PIB (3,8 por cento em 1979 para 3,6 por cento em 1983). A despesa educativa por habitante é em média 1/3 a 1/5 do valor verificado nos países da CEE (cerca de US\$ 70 em Portugal).
- (b) As despesas de capital (investimento) passaram de 14 por cento (1973) para 7 por cento (1980) e 3,4 por cento (1985) do orçamento do Ministério da Educação. A dotação das obras públicas para construção escolar oscila entre 6 por cento e 8 por cento do total de verbas afectas ao sector educacional.
- (c) Os apoios ao ensino particular não atingem 2 por cento do orçamento.
- (d) Dos 724 edifícios escolares dos ensinos preparatório e secundário metade corresponde a edifícios adaptados, pré-fabricados ligeiros ou soluções mistas; ou seja, numa análise objectiva, 7,9 por cento são de deficientes dimensões, 11,2 por cento inadequados, 8,4 por cento de duração limitada e 22,5 por cento disfuncionais.
- (e) 50 por cento do corpo docente nos ensinos preparatório e secundário não está profissionalizado nem estabilizado; uma proporção significativa dos professores provisórios e até profissionalizados foi para o ensino por falta de alternativa de emprego carecendo, pois, de motivação e de apego aos valores da função educadora. Um indicador preocupante deste desajustamento é a elevada taxa de absentismo docente no ensino oficial, bem evidenciada nas 200 000 horas de faltas e 140 000 horas de redução de horário docente em 1981/82, só no ensino secundário.
- (f) As assimetrias espaciais no acesso e na fruição de um ensino de qualidade são marcantes e acentuam-se nos últimos anos na expressão dicotómica urbano-rural.

A produtividade interna do sistema é baixa, acarretando um grande desperdício de meios pela elevada retenção e taxa de abandono verificada, o que pode ser aferido pela circunstância de cada diplomado com o 9.º ano de escolaridade exigir um investimento médio de 15,8 anos-aluno.

A adequação dos conteúdos programáticos é crítica ao correcto funcionamento do sistema. Por um lado, observa-se a necessidade de tornar mais coerente o edifício curricular, articulando horizontal e verticalmente os planos de estudo; por outro, importa aumentar a relevância do currículo relacionando-o mais intimamente à explosão de conhecimentos, em especial no domínio das novas tecnologias.

5. A velha aspiração de mobilidade social pela Educação encontra-se fortemente abalada nos seus fundamentos. Esta circunstância representa uma transformação cultural importante que levará à gradual desvalorização do «credencialismo» na sociedade portuguesa. Na verdade o curso deixou de ser garantia de emprego certo ou de estatuto; num inquérito telefónico recentemente levado a cabo, sobre os factores de sucesso pessoal em Portugal, a educação aparece classificada como componente de influência menor e a larga distância de factores caracterológicos como «ser inteligente/trabalhador».

Noutro ângulo, a procura social de educação é largamente frustrada. Em igualdade de circunstâncias de acesso, 64 por cento dos encarregados de educação preferiria o ensino particular enquanto apenas 26 por cento optaria claramente pelo ensino oficial (10 por cento de indiferentes) segundo outro inquérito realizado em 1984; todavia o ensino particular vem definhando na sua expressão mais legítima durante a última década, tendo em vista o ambiente hostil que lhe é criado e as diferenças reais de oportunidade económica que se facultam às famílias na opção pelo tipo de ensino, representando hoje menos de 10 por cento dos alunos matriculados em Portugal. Uma larga proporção de jovens que busca oportunidades de formação profissionalizante ou profissional de nível médio ou superior curto não encontra o enquadramento desejado. No ingresso no ensino superior o sistema em vigor leva a que apenas uma minoria de candidatos aceda efectivamente ao curso e à Universidade da sua preferência; quanto aos restantes, o sistema origina enormes frustrações de consequências ainda imprevisíveis. A anomia social invadiu a escola — droga, prostituição, marginalidade, delinquência, crimina-

lidade — destruindo a antiga crença de que o sistema educativo poderia ser o bastião dos valores e da preparação cívica. A «laicização» do ensino opõe-se à emergência dos projectos educativos integrais — tendenciosamente apodados de reaccionários —, favorecendo o primado da instrução e dos processos puramente cognitivos sobre a educação e os processos formativos globais.

6. Não há política de Defesa Nacional que possa iludir as questões mais vastas da identidade nacional e da vontade colectiva. Aquela preserva-se e esta forja-se, em larga medida, com fundamento no sistema educativo. Sendo Portugal um pequeno país, muito aberto às influências externas, em véspera de ingresso numa Comunidade Económica constituída por parceiros mais desenvolvidos e poderosos, vivendo uma crise de auto-afirmação num virar de página atribulado da sua história, o desafio educativo não pode deixar de constituir preocupação nuclear. De resto, o maior contributo que certamente a Europa espera de nós não será certamente de natureza económica. Reside, sim, nos valores da «alma portuguesa», aquela maneira de estar universal e comunicativa que permitiu aos Portugueses afirmar a riqueza da sua personalidade em todos os quadrantes geográficos.

Uma personalidade verdadeiramente pluriforme que, consoante o enquadramento, gerou o empresário ou o assalariado, o intelectual ou o trabalhador manual, o comerciante ou o agricultor, sem aviltar a origem lusitana nem perder os referenciais humanistas e cristãos que estão nas suas raízes.

Esta sabedoria multissecular que permitiu administrar um vasto Império sem quebra da unidade nacional e gerir uma relação fronteiriça potencialmente ameaçadora sem perda de independência — ressaltado um curto período de 60 anos — é um valor inestimável a preservar. Património ainda hoje pleno de virtualidades que passa por um desenvolvimento de atitudes e por uma valorização do carácter em cada cidadão que incluam o amor pela Pátria, o conhecimento da História, o orgulho legítimo pelo nosso legado civilizacional, a percepção do nosso traço cultural. Atitudes e comportamentos que não se esgotam numa contemplação passadista ou meramente saudosista, mas que se corporizam num impulso de afirmação individual e colectiva, componente indissociável do progresso dos povos e da conquista de novos horizontes.

No sentido exposto são vastas as implicações recíprocas entre Educação e Defesa Nacional, de que importa cotejar algumas facetas dominantes sem

a preocupação da exaustividade. Ater-nos-emos para o efeito à habitual distinção entre *vulnerabilidades* e *potencialidades* que decorrem do aludido relacionamento, sendo todavia certo que, em muitos casos, a identificação de uma vulnerabilidade acarreta sempre uma potencialidade associada e vice-versa.

7. Como principais vulnerabilidades apontam-se:

- (a) O baixo nível educacional da população, que dificulta o exercício da democracia participada, a compreensão correcta das problemáticas nacionais, a resistência à manipulação dos grupos oportunistas, a mobilização para as tarefas colectivas, a autonomia face a modelos estrangeiros. O mito «sebastiânico» que delega cegamente numa crença messiânica a resolução dos problemas é disso expressão conhecida.
- (b) A desafecção dos valores nacionais ao nível dos objectivos educacionais e conteúdos programáticos. A educação cívica é incipiente e destituída de conteúdo estratégico, a História de Portugal aprende-se tardiamente e numa forma ainda fragmentária, os estudos sociais reportam-se insuficientemente às instituições básicas, o estudo da língua portuguesa encontra-se desarticulado de uma concepção cultural sistemática, a moral e religião lutam ainda pelo espaço formativo paritário que lhes seria devido nos diferentes níveis curriculares. Os meios educativos não formais, em que avultam os *mass-media*, cultivam, muitas vezes inadvertidamente, o desenraizamento, a subserviência perante a massificação cultural estrangeira e a falta de qualidade das opções culturais portuguesas.
- (c) A disfunção, no que toca à correspondência entre a oferta de diplomados e as necessidades da economia, gera situações potencialmente perigosas, quer no respeitante a desemprego altamente qualificado quer no que interessa a distorções no mercado de emprego propiciadoras de acrescida conflitualidade social. A falta de qualificação específica valoriza o exercício de funções administrativas correntes em detrimento do compromisso com funções produtivas.
- (d) A reduzida expressão do ensino particular e cooperativo em Portugal, por referência à situação média europeia, é redutora

de uma efectiva pluralidade de opções educativas. Sem projectos pedagógicos livres e autónomos da tutela estatal não se potencia a diversidade cultural nem a plena vivência da democracia social. A este factor acrescenta-se a tendência centralista da administração educacional que confere estreita margem de afirmação à iniciativa regional e local, asfixiando por essa via a riqueza da expressão plural que seria, na sua essência popular, factor acrescido de aproximação e de preservação da unidade nacional.

- (e) A inexistência de uma política educativa orientada para a formação de elites renovadas, pragmáticas e com capacidade de organização em todos os sectores da vida social. Elites impregnadas de um conhecimento profundo dos valores e da realidade portuguesa, motivadas pela prossecução do interesse nacional, viradas para a intervenção sistemática e movidas pelo imperativo da solidariedade entre os diversos membros da comunidade nacional. Na ausência desse escol, de que nenhuma sociedade organizada pode prescindir, emerge o oportunismo e a mediocridade resultantes de um pseudonivelamento desmobilizante, totalmente subsidiário da iniciativa estrangeira e da colonização imposta pelas dependências externas. Sem lideranças esclarecidas prevalece o fatalismo pessimista dos «velhos do Restelo» omnipresentes numa sociedade fraca e destituída de capacidade auto-regeneradora.
- (f) A desvalorização da iniciativa privada e da capacidade empresarial na escola, nos programas, nos *mass-media*, no enquadramento cultural e pedagógico. Ao arrepio do que se reputa indispensável, pelos métodos e pelo conteúdo, o sistema educativo favorece a reprodução do modelo de funcionalismo público nos hábitos, atitudes, inibição da criatividade pessoal, uniformismo e rotinas que privilegia. Uma educação que não premeia os melhores e se escusa a sancionar os piores contém em si mesma os germens do bloqueio sociocultural e da falta de estímulo ao progresso e ao desenvolvimento.
- (g) A excessiva politização de um sector de interesse nacional emite que vem transformar a educação em palco de conflitos político-partidários, no essencial alheios ao interesse da colectividade dos Portugueses. Neste ambiente, a que acresce a insta-

bilidade governativa, não é viável estabelecer consensos quanto aos grandes problemas a atacar nem quanto à estratégia para os resolver.

8. Ao nível das *potencialidades* assinalam-se:

- (a) O considerável manancial de possibilidades de desenvolvimento no plano dos recursos naturais — contrariando a tese negativista da proverbial pobreza nacional — que aconselha a melhor preparação de técnicos e outros recursos humanos para exploração agrícola, florestal, pecuária, mineira e da Zona Económica Exclusiva. Essa preparação compreende a formação inicial e a reciclagem de quadros, bem como a orientação adequada do potencial científico.
- (b) A nossa vocação de abertura ao exterior que merece a maior atenção em todos os escalões de organização do sistema educativo:
  - (i) Na preservação de valores como sejam a empatia, a solidariedade, o respeito pelos outros, a afabilidade, a ausência de preconceitos raciais, o humanismo prevalecente;
  - (ii) Na defesa da língua portuguesa como factor imprescindível de aproximação pluricontinental e como instrumento de real valia cultural e económica;
  - (iii) Na promoção de maior eficácia no ensino de áreas disciplinares de importância nuclear como línguas estrangeiras, geografia, história, ciências naturais, etc;
  - (iv) Na valorização e defesa do vasto património de conhecimentos tropicais acumulado ao longo dos séculos;
  - (v) No fomento da investigação e das actividades de formação em relações internacionais e política de defesa, aproveitando a importância de entreposto geoestratégico privilegiado de que goza o País.
- (c) Os factores de coesão nacional a fortalecer a partir do ensino pelo aprofundamento do conhecimento das instituições, pela preservação de uma herança de unidade religiosa, pela promoção

do grau de consciência do património moral e cultural de que é portadora a Nação e pela educação democrática para uma atitude de construção voluntarista do futuro.

- (d) O volume de activos jovens disponíveis, ainda significativo no contexto de uma Europa envelhecida, que aconselha a sua valorização pessoal (formação de base) e profissional (formação vocacional) para as tarefas de reconstrução nacional, o domínio de atitudes de contínua aprendizagem/adaptação e designadamente a potenciação da tradicional propensão para o desempenho de funções de «enquadramento» no quadro de uma emigração, pelo menos, semiqualficada.
- (e) A mobilização de todos os meios formativos (para jovens e adultos, formais e não formais) tendo em vista uma educação económica acrescentada da população no âmbito da qual se promova o sentido da responsabilidade, da eficácia e da produtividade, a qualidade no trabalho, o combate do absentismo, o valor da gestão estratégica dos tempos e das oportunidades, a compreensão dos mecanismos de troca internacional, a função social da empresa e do empresário.
- (f) A substancial contribuição do sistema de formação-investigação para o aumento dos factores de criatividade nacional, tão estrategicamente relevante para a afirmação de um país pequeno e periférico no contexto internacional, para a redução de dependências externas e para a adaptação a um futuro cuja única certeza é a acentuação do ritmo de mudança.

9. A Defesa Nacional pressupõe a continuidade da Pátria e da Nação como valores indeclináveis. A Educação é o principal mecanismo edificador do porvir dessa mesma Pátria e Nação. Passado, presente e futuro constituem, pois, peças inextricáveis dessa actividade de acumulação patrimonial.

Reconstruir Portugal, em liberdade e dignidade, é a inadiável responsabilidade dos Portugueses. Para o conseguir impõe-se descobrir o talento colectivo capaz de formular um projecto nacional e canalizar para a sua consecução as energias criadoras da maioria dos portugueses. Tarefas que têm a ver com o cerne da acção educativa porque de projecto eminentemente cultural se trata. Com efeito, projecto económico ou político sem base

cultural é reducionista na génese e facilmente conducente a servidões aviltantes da condição humana. *Quem fomos, o que somos, para onde queremos ir*, são questões cruciais à própria definição do modelo educativo. Educação que é, por sua própria natureza, *prospectiva* na sua postura de indagação do futuro e de investigação no presente dos sinais que o permitem antever. Função educativa que é, contudo e acima de tudo, uma actividade ética no que implica de respeito pela liberdade de cada pessoa e das suas opções legítimas, no que significa de consolidação do legado cultural transmitido ao longo das gerações.

A noção de crise com que iniciámos as presentes reflexões não é inelutável. Como estado de espírito que é, ela combate-se e supera-se no plano anímico. Tenham os nossos educadores — e responsáveis — consciência disso e teremos logrado um considerável progresso na regeneração nacional. E teremos também iniciado o processo irreversível de condução de um processo educativo verdadeiramente ao serviço do interesse nacional e dos Portugueses.

Março de 1985.

*Roberto Carneiro*  
Engenheiro